

Nota de repúdio à Chacina ocorrida no dia 4 de maio de 2025 em Macapá, estado do Amapá

Na madrugada do dia 04 de maio de 2025, sete jovens foram mortos durante uma ação da Polícia Militar do estado do Amapá, no bairro Pantanal, em Macapá. A justificativa oficial aponta para um confronto armado e suposto envolvimento das vítimas com facções criminosas. No entanto, familiares, amigos e o clube de futebol Bragantino – onde um dos jovens atuava – têm contestado veementemente essa versão, exigindo explicações sobre as circunstâncias da operação.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pesquisas do Laboratório de Estudos Etnográficos e Antropologias do Direito (LAET) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) mostram que a Polícia Militar do Amapá ocupa, há anos, as primeiras posições nos índices nacionais de letalidade policial, ao tempo que apresenta números insignificantes de agentes feridos ou mortos em situações registradas como “confrontos”. Pesquisadoras e pesquisadores do LAET demonstraram que essa incongruência permite lançar dúvidas razoáveis e fundamentadas sobre a veracidade das versões oficiais e sobre a qualidade das investigações de casos dessa natureza, indicando que casos de execuções sumárias possam estar sendo tratadas como “resposta à injusta agressão”.

A Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia se soma às [manifestações](#) dos membros e membras do LAET e se solidariza com os familiares e amigos das vítimas. Da mesma forma, se coloca contra as políticas de extermínio e demanda rigorosas investigações por partes das instituições responsáveis, cuja atuação tem sido sistematicamente conivente com práticas de violência policial. A apuração deve ocorrer com total transparência e garantir a responsabilização dos envolvidos, caso se confirmem abusos ou ilegalidades. A banalização da morte de jovens negros e periféricos não pode mais ser tolerada como subproduto de operações policiais.

Não podemos naturalizar que jovens continuem sendo mortos. Somos parte de um país ainda profundamente atravessado por desigualdades raciais, sociais, de gênero, geração e território — e são essas desigualdades que determinam, com assustadora regularidade, quem são as vítimas preferenciais da violência letal e onde elas vivem. No Amapá, essa realidade é escancarada pelos números e pelo silêncio institucional diante de casos recorrentes como o ocorrido neste fim de semana.

Brasília, 09 de maio de 2025.

Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e sua Comissão de Direitos Humanos